

# Japão é o próximo objetivo de Funaro

**MILANO LOPES**

O ministro da Fazenda, Dílson Funaro, irá ao Japão após seu retorno dos Estados Unidos e da Europa, na próxima quinta-feira, com a intenção de obter o apoio das autoridades de Tóquio a uma negociação qualitativa da dívida externa brasileira. O Brasil deve aos bancos japoneses US\$ 10,8 bilhões em créditos de médio e longo prazo, constituindo-se, por país, na terceira dívida, depois dos bancos americanos e ingleses.

A visita de Funaro, que deverá ocorrer ainda este mês, em data a ser acertada, objetiva também explicar ao governo japonês as razões que levaram o Brasil a decretar a moratória e solicitar o apoio de Tóquio em favor da flexibilização da atitude dos bancos japoneses quando for iniciado o processo de negociação, com a formalização da proposta brasileira aos bancos credores, o que deverá ocorrer até o final do mês.

Informações de fontes japonesas qualificadas, obtidas em Brasília pelo Estado indicam que as autoridades de Tóquio ficaram surpresas com a decretação da moratória, embora soubessem do contínuo agravamento das contas externas do País, sobretudo a partir de outubro, quando os superávits comerciais começaram a desaparecer.

Os bancos do Japão, no entanto, foram os que mais reclamaram contra o que classificaram de "absoluta falta de informações" das autoridades brasileiras a respeito da moratória e de seus desdobramentos. As notícias chegadas a Tóquio eram escassas e incompletas, vindas de Nova York e não de Brasília, fato classificado pelos japoneses como uma falta de consideração a um credor que sempre apoiou o Brasil.

Talvez em razão disso tenha o ministro da Fazenda decidido visitar Tóquio, sendo o segundo ministro da Nova República a ir ao Japão nos últimos dois anos. A ida de Funaro, contudo, não deverá alterar, subs-

tancialmente, a posição do Japão em relação à negociação da dívida externa brasileira.

Do ponto de vista das relações governamentais, o Eximbank japonês já manifestou a intenção de conceder, ainda este ano, crédito no montante de US\$ 500 milhões ao Brasil, sendo US\$ 300 milhões para compor a operação de co-financiamento de US\$ 1,2 bilhão em favor da Eletrobrás, que já teve o desembolso de US\$ 500 milhões por parte do Banco Mundial, e US\$ 200 milhões em forma de créditos para financiar importações de máquinas e equipamentos japoneses destinados a projetos industriais brasileiros.

Contudo, Tóquio, já fez saber a Brasília que as negociações só serão definidas após o acerto do reescalonamento da dívida governamental do Brasil para com o Japão. Esse acerto foi feito, de forma genérica, quando se definiu o acordo no âmbito do Clube de Paris, mas ficou faltando o acordo bilateral.

Há, no entanto, uma dificuldade para a formalização desse ajuste: os japoneses querem manter a tradição e insistem em que as negociações sejam feitas em Tóquio, enquanto os brasileiros insistem em que elas se processem em Brasília, local de formalização dos acordos bilaterais com os Estados Unidos e o Canadá.

Quanto à dívida dos bancos privados, os japoneses aguardam a apresentação da proposta brasileira perante o comitê de assessoramento, em Nova York, para se manifestarem a respeito. A propensão dos bancos japoneses, segundo garantiram ao Estado fontes qualificadas, é seguir, basicamente, a orientação dos bancos americanos, que são credores do Brasil em US\$ 18,7 bilhões.

Os bancos japoneses não estão preocupados com a disputa envolvendo os créditos de curto prazo, pois a dívida brasileira é constituída, basicamente, de créditos de médio e longo prazos, ou seja, acima de 360 dias, (Brasília/Agência Estado)